



COMPARATIVO ESTATUTO SOCIAL 2025

Redação mantida em preto
Inclusões/realocações/alterações em azul
Exclusões em vermelho

Redação Vigente	Redação Proposta
ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB NORTE SUL LTDA	SEM ALTERAÇÕES
TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA ÁREA DE AÇÃO	SEM ALTERAÇÕES
Art. 1º A Cooperativa de Crédito Sicoob Norte Sul Ltda., CNPJ nº. 02.876.918/0001-24, constituída em 7 de maio de 1998, neste Estatuto Social designada simplesmente de cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo: I. sede na Praça Simões Filho, nº. 55 – Salas 101/102, Shopping Gan, Centro, Gandu/BA – CEP: 45450-000;	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>II. administração na Unidade Administrativa Desmembrada – UAD, na Av. Dois de Julho, nº 31, Centro, Santo Antônio de Jesus/BA – CEP: 44430-074;</p> <p>III. foro jurídico na cidade de Gandu/BA;</p> <p>IV. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil;</p> <p>V. área de ação, para fins de instalação de dependências, limitada ao município Sede e aos seguintes municípios: Acajutiba, Água Fria, Alagoinhas, Amargosa, Amélia Rodrigues, Aporá, Apuarema, Araçás, Aramari, Aratuípe, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cairu, Camaçari, Camamu, Cardeal da Silva, Castro Alves, Catu, Cipó, Conceição do Almeida, Conde, Coração de Maria, Crisópolis, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Entre Rios, Esplanada, Floresta Azul, Governador Mangabeira, Ibirapitanga, Ibirataia, Inhambupe, Ipiaú, Irará, Itamari, Itanagra, Itaparica, Itapicuru, Itatim, Ituberá, Jaguaripe, Jandaíra, Jiquiriçá, Laje, Lamarão, Maragogipe, Mata de São João, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Nova Soure, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Piraí do Norte, Pojuca, Presidente Tancredo Neves, Rio Real, Salinas da Margarida, Santa Bárbara, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São</p>	



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Félix, São Miguel das Matas, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Sátiro Dias, Saubara, Taperoá, Teodoro Sampaio, Teolândia, Terra Nova, Ubaíra, Valença, Varzedo, Vera Cruz e Wenceslau Guimarães, todos no Estado da Bahia.</p>	
<p>Parágrafo único. A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central BA, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p>	<p>§ 1º A área de ação da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central BA, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 2º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26/4/2021, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Sicoob Norte Sul Ltda.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 3º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18/4/2018, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia Ltda. – Sicoob Norte Sul.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 4º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º/5/2014, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte Sul da Bahia Ltda. – Sicoob Norte Sul.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 5º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/2/2012, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Litoral Sul da Bahia – Sicoob Litoral Sul.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 6º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7/5/1998, foi constituída a Cooperativa de Crédito Rural de Gandu Ltda. - Sicoob Credigandu.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 2º A Cooperativa tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:</p> <p>I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;</p> <p>II. o desenvolvimento de programas de:</p> <p>a) poupança e de uso adequado do crédito;</p> <p>b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>§ 1º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso V do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, desde que possua dependência instalada no respectivo Município, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p>	<p>§ 1º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios nos quais possua dependência instalada, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p>
<p>§ 2º A Cooperativa poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento.</p>	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 3º Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 1º O Sicoob é integrado:</p> <ol style="list-style-type: none">I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.</p>	
<p>§ 2º A Cooperativa, ao filiar-se ao Sicoob Central BA, integra o Sicoob, regendo-se também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 3º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, nos termos deste Estatuto Social.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela Cooperativa, de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 5º A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, sujeita-se às seguintes regras:</p> <p>I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central BA representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob, o Fundo</p>	<p>§ 5º A Cooperativa, por integrar o Sicoob e estar filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, sujeita-se às seguintes regras:</p> <p>I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central BA representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob, o Fundo</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;</p> <p>II. o Sicoob Central BA poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;</p> <p>III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central BA e demais normativos;</p> <p>IV. acesso, pelo Sicoob Central BA ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;</p> <p>V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo do Sicoob Central BA ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar</p>	<p>Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;</p> <p>II. o Sicoob Central BA poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;</p> <p>III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central BA e demais normativos;</p> <p>IV. acesso, pelo Sicoob Central BA ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;</p> <p>V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo do Sicoob Central BA ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob;</p> <p>VI. INCLUSÃO</p> <p>VII. INCLUSÃO</p>	<p>irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob.</p> <p>VI. administração temporária pelo Sicoob Central BA ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da Cooperativa ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor;</p> <p>VII. a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente entre as entidades do Sicoob e, em caso de desligamento, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento.</p>
<p>§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária adesão/aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).</p>	<p>§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).</p>
<p>§ 7º A Cooperativa é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
INCLUSÃO	<p>§ 8º A Cooperativa é aderente ao Comitê de Remuneração, constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.</p>
<p>§ 8º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.</p>	<p>§ 9º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.</p>
CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE	CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES
<p>Art. 4º A filiação ao Sicoob Central BA importa, automaticamente, solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>§ 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, pelas obrigações mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.</p>	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 5º A Cooperativa responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central BA perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que integralizar, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.</p>	<p>Art. 5º A Cooperativa responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central BA perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que se deu o desligamento.</p>
<p>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 6º Podem associar-se à Cooperativa todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos em Território Nacional.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 2º Não podem associar-se as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria Cooperativa.</p>	<p>§ 2º Não podem ser admitidos no quadro social da Cooperativa ou nele permanecer, além das hipóteses previstas na legislação, as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria Cooperativa.</p>
<p>§ 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 4º Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social.</p>
<p>Art. 7º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Gerente do Posto de Atendimento ao qual a proposta de associação for apresentada, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.</p>	<p>Art. 7º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pela Cooperativa, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social, e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.</p>
<p>Parágrafo único. O Gerente do Posto de Atendimento ao qual a proposta de associação for apresentada poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.</p>	<p>§ 1º A Cooperativa poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 2º As diretrizes referentes à aprovação de admissões e readmissões de associados serão fixadas pelo Conselho de Administração.</p>
<p>CAPÍTULO II</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
DOS DIREITOS	
<p>Art. 8º São direitos dos associados:</p> <p>I. eleger os delegados da Cooperativa, conforme disposto neste Estatuto Social e em regulamento próprio, podendo participar das Assembleias Gerais sem direito a voz e voto, ressalvadas as hipóteses em que, à luz dos normativos vigentes, a representação por delegados não será permitida;</p> <p>II. INCLUSÃO</p> <p>III. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais ou regulamentares pertinentes;</p> <p>IV. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;</p> <p>V. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;</p> <p>VI. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressaltando os protegidos por sigilo;</p>	<p>Art. 8º São direitos dos associados:</p> <p>I. escolher os delegados da Cooperativa, como disposto neste Estatuto Social e em regulamento próprio;</p> <p>II. Participar das Assembleias Gerais sem direito a voz e voto, exceto na hipótese prevista no art. 30, § 8º.</p> <p>III. ser votado para os cargos sociais, desde que sejam atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;</p> <p>IV. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;</p> <p>V. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observando as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;</p> <p>VI. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressaltados aqueles protegidos por sigilo;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>VII. tomar conhecimento dos normativos internos da cooperativa;</p> <p>VIII. demitir-se da cooperativa quando lhe convier.</p>	<p>VII. tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;</p> <p>VIII. demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.</p>
<p>Parágrafo único. Não pode votar e nem ser votado, o associado pessoa natural que preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>CAPÍTULO III DOS DEVERES</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 9º São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a cooperativa;</p> <p>II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;</p> <p>III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;</p> <p>V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa, mantendo suas informações cadastrais atualizadas;</p> <p>VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da Cooperativa, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;</p> <p>VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DA DEMISSÃO</p>	<p style="text-align: center;">SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
Art. 10. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.	SEM ALTERAÇÕES
§ 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.	SEM ALTERAÇÕES
§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.	§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida , desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.
§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.	SEM ALTERAÇÕES
SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO	SEM ALTERAÇÕES
Art. 11. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando: I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à cooperativa, inclusive infringir dispositivos infraestatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;	Art. 11. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando: I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa e/ou à sua imagem , inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabone, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na cooperativa;</p> <p>III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e venha a ser obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;</p> <p>IV. divulgar entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.</p>	<p>II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;</p> <p>III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e seja obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;</p> <p>IV. divulgar, entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.</p>
<p>§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 2º O associado será notificado por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral, como WhatsApp, Telegram e SMS, ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de</p>	<p>§ 2º O associado será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação, por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.	
§ 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista no parágrafo anterior, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.	SEM ALTERAÇÕES
SEÇÃO III DA EXCLUSÃO	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 12. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. dissolução da pessoa jurídica; II. morte da pessoa natural; III. incapacidade civil não suprida; IV. INCLUSÃO V. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa. 	<p>Art. 12. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. dissolução da pessoa jurídica; II. morte da pessoa natural; III. incapacidade civil não suprida; IV. fraude ou determinação legal; V. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa, exceto o disposto no art. 6º, § 4º.
Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.	Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV ocorrerá por ato do Conselho de Administração, à exceção do



Redação Vigente	Redação Proposta
	motivo previsto no art. 6º, § 2º, inciso I, observadas as regras para eliminação de associados.
CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO	SEM ALTERAÇÕES
Art. 13. A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.	SEM ALTERAÇÕES
§ 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no <i>caput</i> perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.	SEM ALTERAÇÕES
§ 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.	SEM ALTERAÇÕES
Art. 14. O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 1 (um) ano, contado do pagamento, pela cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.	Art. 14. A readmissão de associado desligado será deliberada pela Cooperativa, conforme os critérios de reingresso fixados pelo Conselho de Administração.
Parágrafo único. A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no <i>caput</i> caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.	
Art. 15. O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do art. 12, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após	



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>1 (um) ano, contado a partir do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas partes restituídas.</p>	
<p style="text-align: center;">TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 16. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas partes de R\$1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).</p>	<p>Art. 15. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas partes de R\$1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).</p>
<p>§ 1º As quotas partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia, nos termos da legislação vigente.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento.</p>	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
INCLUSÃO	§ 3º A efetivação dos direitos previstos neste parágrafo está condicionado ao cumprimento das obrigações sociais previstas neste Estatuto Social e nas operações com a cooperativa.
§ 3º Os valores percebidos pelos associados a título da remuneração prevista no § 2º serão integralizados ao capital dos associados, salvo deliberação contrária do Conselho de Administração.	§ 4º Os valores percebidos pelos associados a título da remuneração prevista no § 2º serão integralizados ao capital dos associados, salvo deliberação contrária do Conselho de Administração.
Art. 17. No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará à vista, no mínimo, 1 (uma) quota-parte, devendo ser integralizada 100% (cem por cento) no ato.	Art. 16. No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará à vista, no mínimo, 1 (uma) quota-parte, devendo ser integralizada 100% (cem por cento) no ato.
§ 1º Para aumento contínuo de capital social, o Conselho de Administração poderá estabelecer uma política para que os associados subscrevam e integralizem quotas-partes.	SEM ALTERAÇÕES
§ 2º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da cooperativa.	SEM ALTERAÇÕES
§ 3º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. 20, I, deste Estatuto Social.	SEM ALTERAÇÕES
§ 4º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.	SEM ALTERAÇÕES
§ 5º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para associação de que trata o <i>caput</i> .	
<p>§ 6º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o <i>caput</i>, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 18. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.</p>	<p>Art. 17. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.</p>
<p>Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 19. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o Microempreendedor Individual - MEI, pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento</p>	<p>Art. 18. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivos a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
exclusivamente por meio eletrônico, bem como se mantenha aderente ao pacote de serviços vinculado a tal relacionamento , subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 1 quota-parte de R\$1,00 (um real).	exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 1 quota-parte de R\$1,00 (um real).
§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a Cooperativa aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a Cooperativa, na forma da regulamentação em vigor.	SEM ALTERAÇÕES
§ 2º Para aumento contínuo de capital social, o Conselho de Administração poderá estabelecer uma política para que os associados com relacionamento por meio eletrônico subscrevam e integralizem quotas-partes.	SEM ALTERAÇÕES
§ 3º O associado que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao pacote de serviços vinculado a tal relacionamento, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da Cooperativa.	§ 3º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a Cooperativa, a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 17 deste Estatuto Social.
§ 4º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a Cooperativa deverá migrar para outro pacote de serviços vinculado ao respectivo relacionamento.	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO</p>	<p style="text-align: center;">SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 20. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:</p> <p>I. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;</p> <p>II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da Cooperativa e desde que cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento;</p> <p>III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte:</p>	<p>Art. 19. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observando, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:</p> <p>I. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;</p> <p>II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da Cooperativa e desde que cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento;</p> <p>III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte:</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;</p> <p>b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a critério do Conselho de Administração;</p> <p>c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i>, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a critério do Conselho de Administração, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;</p> <p>d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.</p>	<p>a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;</p> <p>b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a critério do Conselho de Administração;</p> <p>c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e dos demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i>, deduzidos os eventuais débitos existentes em seu nome, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e consecutivas, a critério do Conselho de Administração, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;</p> <p>d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.</p>
<p>§ 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>art. 20, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a Cooperativa tomar todas as providências cabíveis ao caso.</p>	
<p>§ 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da Cooperativa após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL</p>	<p>SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL</p>
<p>Art. 24. O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, tiver no mínimo 65 (sessenta e cinco) anos de idade e pelo menos 15 (quinze) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas-partes, no valor máximo de 5% (cinco por cento) por mês, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração e da preservação, além do número mínimo de quotas-partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.</p>	<p>Art. 20. O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, tiver no mínimo 65 (sessenta e cinco) anos de idade e pelo menos 15 (quinze) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas-partes, no valor máximo de 5% (cinco por cento) por mês, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração e da preservação, além do número mínimo de quotas-partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 1º O associado pessoa natural que comprovar o diagnóstico de doença crônica poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, preservando apenas o valor mínimo de subscrição de quotas, observados os critérios estabelecidos pela regulamentação em vigor.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 2º O associado pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a cooperativa e tiver no mínimo 20 (vinte) anos de associação, poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, observados os critérios estabelecidos no <i>caput</i> deste artigo.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 3º Em caso de aprovação do resgate eventual solicitado pelo associado, a Cooperativa promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.</p>	<p>§ 3º O resgate eventual somente poderá ocorrer por solicitação do associado, observando as regras deste Estatuto, e, em caso de aprovação, a Cooperativa promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.</p>
<p>§ 4º Tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS</p> <p>CAPÍTULO I</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS	
Art. 22. —O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais, devendo ser observado o seguinte para as sobras e perdas:	Art. 21. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.
§ 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará: I. pela destinação aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a cooperativa segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral; II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; III. pela constituição de reservas; IV. pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a cooperativa: a) mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;</p> <p>c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob;</p> <p>V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.</p>	
<p>§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:</p> <p>I. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;</p> <p>II. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para este fim;</p> <p>III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no inciso anterior forem insuficientes e considerando-se as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>	<p>§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:</p> <p>I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim;</p> <p>II. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas; (INVERSÃO DA ORDEM DOS INCISOS I E II)</p> <p>III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no item I forem insuficientes e considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
CAPÍTULO II DOS FUNDOS	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 23. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>I. 50% (cinquenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa;</p> <p>II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação.</p>	<p>Art. 22. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p> <p>I. 50% (cinquenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa;</p> <p>II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação.</p>
<p>§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>§ 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.</p>	SEM ALTERAÇÕES
TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	
<p>Art. 24. A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral;</p> <p>II. Conselho de Administração;</p> <p>III. Diretoria Executiva;</p> <p>IV. Conselho Fiscal.</p>	<p>Art. 23. A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral;</p> <p>II. Conselho de Administração;</p> <p>III. Diretoria Executiva.</p>
<p>Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.</p>	<p>Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.</p>
CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL	SEM ALTERAÇÕES
SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO	
<p>Art. 25. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração.</p>	<p>Art. 24. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.</p>	<p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.</p>
<p>§ 2º O Sicoob Central BA poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada; II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria; III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas. 	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 3º O Sicoob Central BA poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.</p>	<p>§ 3º O Sicoob Central BA poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos, tendo direito à voz na Assembleia.</p>
<p>SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Art. 26. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.</p>	<p>Art. 25. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.</p>
<p>§ 1º Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 2º Quando houver eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.</p>	<p>§ 2º Quando houver eleição do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.</p>
<p>SEÇÃO III DO EDITAL</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 27. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter no mínimo:</p> <p>I. a denominação social completa da Cooperativa, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;</p> <p>II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;</p>	<p>Art. 26. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter no mínimo:</p> <p>I. a denominação social completa da Cooperativa, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;</p> <p>II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;</p> <p>IV. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação;</p> <p>V. os assuntos que serão objeto de deliberação;</p> <p>VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos delegados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;</p> <p>VII. os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;</p> <p>VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 25 deste Estatuto Social.</p>	<p>III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;</p> <p>IV. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação;</p> <p>V. os assuntos que serão objeto de deliberação;</p> <p>VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos delegados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;</p> <p>VII. os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;</p> <p>VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 24 deste Estatuto Social.</p>
<p>Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 28. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação; II. metade mais 1 (um) dos delegados, em segunda convocação; III. 10 (dez) delegados, em terceira e última convocação. 	<p>Art. 27. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação; II. metade mais 1 (um) dos delegados, em segunda convocação; III. 10 (dez) delegados, em terceira e última convocação.
<p>§ 1º Não se conseguindo realizar Assembleia Geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data.</p>	<p>Parágrafo único. Não se conseguindo realizar Assembleia Geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data. Persistindo a impossibilidade de reunião nessa segunda tentativa, será automaticamente convocada Assembleia Geral de associados para deliberar sobre os assuntos da ordem do dia e/ou reformar o Estatuto Social da Cooperativa, extinguindo o instituto da representação por delegados.</p>
<p>§ 2º Persistindo a impossibilidade de reunião nessa segunda tentativa, será automaticamente convocada Assembleia Geral de associados para deliberar sobre os assuntos da ordem do</p>	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
dia e/ou reformar o Estatuto Social da Cooperativa, extinguindo o instituto da representação por delegados.	
§ 3º A realização das assembleias fica condicionada à comprovação da realização de pré-assembleias em todas as seccionais, observados os procedimentos previstos no regulamento próprio.	EXCLUSÃO
SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO	SEM ALTERAÇÕES
Art. 29. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração.	Art. 28. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração.
§ 1º Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o Vice-Presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um delegado indicado pelos presentes na Assembleia.	SEM ALTERAÇÕES
§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por delegado escolhido na ocasião.	SEM ALTERAÇÕES



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central BA, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central e secretariados por convidado pelo primeiro.</p>	SEM ALTERAÇÕES
<p>§ 4º O Presidente da Assembleia ou seu substituto poderá indicar empregado ou delegado da Cooperativa para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.</p>	SEM ALTERAÇÕES
SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 30. Nas Assembleias Gerais os associados serão representados por delegados, eleitos para mandato de 4 (quatro) anos, os quais podem ser reeleitos, de acordo com o Regulamento de Eleição de Delegados.</p> <p>§ 1º Para efeito da representação de que trata este artigo, o quadro social será dividido em grupos seccionais de associados distribuídos, proporcionalmente, pelos pontos de atendimento da área de ação da Cooperativa.</p> <p>§ 2º Em cada grupo seccional serão eleitos delegados efetivos e delegados suplentes, de acordo com a quantidade estabelecida no Regulamento de Eleição de Delegados, na proporção mencionada no parágrafo anterior, entre os associados que estejam em pleno gozo dos direitos sociais e que não exerçam cargos eletivos na sociedade.</p>	<p>Art. 29. Nas Assembleias Gerais, os associados serão representados por delegados ou seus respectivos suplentes, pertencentes à seccional que representam, que terão mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>§ 1º Nas Seccionais, os associados serão representados por 1 (um) delegado efetivo e 1 (um) delegado suplente.</p> <p>§ 2º A eleição dos delegados ocorrerá no último trimestre do ano civil e o mandato se iniciará no primeiro dia do ano subsequente.</p> <p>§ 3º A Cooperativa, mediante edital, convocará todos os associados para a inscrição dos interessados em se candidatar.</p> <p>§ 4º Nas Assembleias Gerais, os delegados estão vinculados às deliberações das respectivas Seccionais que representam,</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 3º Para efeito de desempate, serão adotados os critérios de antiguidade como associado à cooperativa e de idade, nesta ordem.</p> <p>§ 4º Na eleição dos delegados, cada associado terá direito a um voto e não será permitida a representação por meio de mandatário.</p> <p>§ 5º A cooperativa, mediante edital no qual se fará referência aos princípios definidos neste artigo e em regulamento próprio, convocará todos os associados interessados em se candidatar. Encerrado o prazo de inscrição, divulgará, para todo o corpo social, os nomes dos candidatos inscritos por grupo seccional.</p> <p>§ 6º A eleição dos delegados ocorrerá no último trimestre do ano civil e o mandato se iniciará no primeiro dia do ano subsequente.</p> <p>§ 7º O processo eleitoral, até a apuração final, será acompanhado, irrestritamente, por Comissão Eleitoral composta por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes escolhidos pelo Conselho de Administração da cooperativa.</p> <p>§ 8º Cada delegado terá um único voto nas deliberações das Assembleias Gerais.</p>	<p>sempre que as matérias tiverem sido votadas nesses fóruns, conforme registro em ata de pré-assembleia, sendo desconsiderados eventuais votos contrários a essas decisões.</p> <p>§ 5º As demais disposições relativas à eleição, às seccionais e ao exercício do cargo de delegados serão estabelecidas em regulamento próprio.</p> <p>§ 6º Nas Assembleias Gerais, os delegados estão vinculados às deliberações das respectivas Seccionais que representam, conforme registro em ata de pré-assembleia, inclusive com relação às seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none">a) prestação de contas dos órgãos de administração;b) destinação das sobras apuradas ou rateio de perdas;c) eleição dos membros do conselho de administração associados;d) fusão, incorporação ou desmembramento;e) mudança de objeto da sociedade;f) dissolução voluntária da sociedade e nomeação dos liquidantes;



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 9º Durante o mandato, os delegados não poderão ser eleitos para outros cargos sociais na cooperativa, remunerados ou não.</p> <p>§ 10. A cooperativa pagará as despesas dos delegados, incorridas para efeito de comparecimento às Assembleias Gerais, referentes a gastos com transporte, diárias de hotel e alimentação, de acordo com critérios definidos pelo Conselho de Administração.</p> <p>§ 11. No impedimento ou na ausência, o delegado efetivo será automaticamente substituído pelo respectivo suplente, devendo o substituído comunicar à cooperativa, tempestivamente, as circunstâncias do seu impedimento ou ausência.</p> <p>§ 12. Os associados que não sejam delegados poderão comparecer às Assembleias Gerais, sendo, contudo, privados de voz e voto.</p> <p>§ 13. Os delegados efetivos e seus suplentes poderão ser destituídos a qualquer tempo, conforme abaixo:</p> <p>I. — pela Assembleia realizada na seccional, convocada por no mínimo 1/5 (um quinto) dos respectivos associados;</p> <p>II. — pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração ou de, pelo menos, 5 (cinco) delegados efetivos.</p>	<p>g) desfiliação e filiação a cooperativa central de crédito.</p> <p>§ 7º O voto do delegado terá valor proporcional à quantidade total de associados vinculados à seccional que representa.</p> <p>§ 8º Na impossibilidade de comparecimento do delegado ou do seu suplente na Assembleia Geral, qualquer associado pertencente à respectiva Seccional poderá comparecer e apresentar a votação das deliberações.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 14. Nas Assembleias Gerais, os delegados estão vinculados às deliberações das respectivas Seccionais que representam, sempre que as matérias tiverem sido votadas nesses fóruns, conforme registro em ata de pré-assembleia, sendo desconsiderados eventuais votos contrários a essas decisões.</p>	
<p align="center">SUBSEÇÃO II DO VOTO</p>	<p align="center">SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 31. Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.</p>	<p>Art. 30. Em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.</p>
<p align="center">INCLUSÃO</p>	<p>§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos em que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.</p>
<p>Parágrafo único. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos delegados presentes, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária enumerados no art. 35, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes.</p>	<p>§ 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos delegados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 35, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes.</p>
<p align="center">SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE</p>	<p align="center">SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Art. 32. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:</p> <p>I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;</p> <p>II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;</p> <p>III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.</p>	<p>Art. 31. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:</p> <p>I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;</p> <p>II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;</p> <p>III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.</p>
<p>Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>SEÇÃO VI DAS DELIBERAÇÕES</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 33. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:</p> <p>I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;</p> <p>I. destituição de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos delegados;</p>	<p>Art. 32. É de competência da Assembleia Geral deliberar, além do previsto nos artigos 33 e 34, sobre:</p> <p>I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração;</p> <p>II. a eleição e/ou a destituição de membros do Conselho de Administração;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>II. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;</p> <p>III. aprovação do regulamento de eleição de delegados;</p> <p>IV. julgamento de recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 11, § 3º, deste Estatuto Social;</p> <p>V. filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central BA.</p>	<p>III. a aprovação do regulamento eleitoral, da política de governança corporativa e das demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;</p> <p>IV. a aprovação do regulamento de eleição de delegados;</p> <p>V. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 11, § 3º deste Estatuto Social;</p> <p>VI. filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central BA.</p>
<p>CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 34. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:</p> <p>I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:</p> <p>a) relatório da gestão;</p>	<p>Art. 33. A Assembleia Geral Ordinária será realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia:</p> <p>I. prestação de contas dos órgãos de administração, compreendendo:</p> <p>a) relatório da gestão;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>b) balanço;</p> <p>c) relatório da auditoria independente;</p> <p>d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.</p> <p>II. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;</p> <p>III. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;</p> <p>IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, quando for o caso;</p> <p>V. INCLUSÃO FACULTATIVA</p>	<p>b) balanço;</p> <p>c) relatório da auditoria independente;</p> <p>d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da Cooperativa;</p> <p>II. a destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou o rateio das perdas verificadas no exercício findo; (INVERSÃO DA ORDEM DOS INCISOS II E III)</p> <p>III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;</p> <p>IV. eleição dos membros do Conselho de Administração da Cooperativa, quando for o caso;</p> <p>V. aprovação de conselheiro de administração independente (Observação: inserir esse inciso apenas se a Cooperativa optar por aprovar a contratação de conselheiro de administração em Assembleia Geral);</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>VI. por ocasião da eleição e quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, honorários e/ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;</p> <p>VII. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;</p> <p>VIII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 35 deste Estatuto Social.</p>	<p>VI. EXCLUSÃO</p> <p>VII. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;</p> <p>VIII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 34 deste Estatuto Social.</p>
<p>Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 35. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado</p>	<p>Art. 34. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. reforma do estatuto social; II. fusão, incorporação ou desmembramento; III. mudança do objeto social; IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes; V. prestação de contas do liquidante. 	<p>em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. reforma do estatuto social; II. fusão, incorporação ou desmembramento; III. mudança do objeto social; IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes; V. prestação de contas do liquidante.
<p>§ 1º São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 2º Quando houver alteração do endereço da cooperativa mencionado no inciso I do art. 1º, dentro do mesmo município, a primeira Assembleia Geral para reforma do estatuto social deverá homologá-la, conforme deliberação do Conselho de Administração, na forma prevista no Art. 41, inciso XXI.</p>	<p>EXCLUSÃO</p>
<p>CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS</p> <p>SEÇÃO I</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
<p>Art. 36. O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, bem como no respectivo regulamento eleitoral, devendo ser observadas também as seguintes condições para ocupação e exercício de cargo estatutário:</p> <p>I. ser associado, pessoa natural da Cooperativa;</p> <p>II. INCLUSÃO</p> <p>III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;</p> <p>IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;</p>	<p>Art. 35. As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário:</p> <p>I. ser pessoa natural;</p> <p>II. ser associado da Cooperativa, exceto no caso de diretor executivo, desde que a maioria dos diretores seja composta por pessoas associadas;</p> <p>III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p> <p>IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;</p> <p>V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, providências essas dispensadas nos casos de reeleição no mesmo cargo e órgão;</p> <p>VI. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;</p> <p>VII. INCLUSÃO</p> <p>VIII. INCLUSÃO</p> <p>IX. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.</p>	<p>sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa;</p> <p>VI. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;</p> <p>VII. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado que for eleito diretor na própria cooperativa;</p> <p>VIII. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual o conselheiro de administração ou o diretor da Cooperativa seja administrador ou controlador;</p> <p>IX. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.</p>
<p>§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.	
<p>§ 2º Para os fins do inciso III deste artigo, entende-se por cargo político:</p> <p>I. posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente;</p> <p>II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;</p> <p>III. posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais).</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p>	<p>§ 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse em até, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
INCLUSÃO	§ 4º O processo eleitoral segue o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.
SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E MANDATO	SEM ALTERAÇÕES
Art. 37. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, 9 (nove) membros efetivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, e os demais conselheiros vogais, todos associados da Cooperativa, vedada a constituição de membro suplente.	Art. 36. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, 9 (nove) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente.
Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos conforme os respectivos cargos descritos no registro da chapa, seguindo o disposto no regulamento eleitoral.	SEM ALTERAÇÕES
Art. 38. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.	Art. 37. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
§ 1º Os sucessores eleitos podem acompanhar a gestão remanescente dos conselheiros sucedidos.	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>§ 2º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>	<p>§ 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>
<p>INCLUSÃO</p>	<p>§ 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho.</p>
<p>§ 3º Ao Presidente do Conselho de Administração eleito após a homologação deste estatuto apenas será permitida uma reeleição consecutiva, ficando permitida nova eleição após o intervalo de um mandato do Conselho de Administração.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 39. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;</p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;</p>	<p>Art. 38. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do Conselho de Administração:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração;</p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.</p>	<p>III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.</p>
<p>§ 1º O Presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	<p style="text-align: center;">SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 40. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente.</p> <p>II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros.</p>	<p>Art. 39. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;</p> <p>II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:</p> <ul style="list-style-type: none">a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;b) renúncia;c) destituição;d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato; ouf) desligamento do quadro de associados da Cooperativa;g) INCLUSÃO	<p>III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:</p> <ul style="list-style-type: none">a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;b) renúncia;c) destituição;d) não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa ou a Central, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato;f) desligamento do quadro de associados da Cooperativa;g) não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas)



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>h) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social.</p> <p>i) INCLUSÃO</p>	<p>após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral;</p> <p>h) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social;</p> <p>i) não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação da Central, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.</p>
<p>§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 2º Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>§ 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
§ 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.	SEM ALTERAÇÕES
INCLUSÃO	§ 5º A análise quanto ao caráter definitivo ou não da pendência de que trata a alínea i do inciso III do caput deste artigo cabe à Central, a partir das informações e evidências apresentadas pelo envolvido.
SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 41. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p>I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;</p> <p>II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva;</p>	<p>Art. 40. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p>I. fixar a orientação geral e estratégica, assim como os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral, e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;</p> <p>II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos e os membros do Comitê de Auditoria (se aplicável) e de outros comitês técnicos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições e sua remuneração, limitada ao valor global definido pela</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;</p>	<p>Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente;</p>
<p>IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p>	<p>III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;</p>
<p>V. aprovar e divulgar, por meio de resolução, as políticas da Cooperativa;</p>	<p>IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p>
<p>VI. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;</p>	<p>V. EXCLUSÃO</p>
<p>VII. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), respeitado o regulamento próprio;</p>	<p>VI. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;</p>
<p>VIII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;</p>	<p>VII. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva;</p>
<p>IX. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;</p>	<p>VIII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;</p>
<p>X. propor à Assembleia Geral a participação da cooperativa no capital de instituições não cooperativas;</p>	<p>IX. deliberar sobre a criação de comitês consultivos subordinados ao Conselho de Administração;</p>
	<p>X. propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>XI. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);</p> <p>XII. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;</p> <p>XIII. deliberar sobre a eliminação e exclusão de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p>XIV. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;</p> <p>XV. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;</p> <p>XVI. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pele Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;</p> <p>XVII. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles</p>	<p>XI. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);</p> <p>XII. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;</p> <p>XIII. deliberar sobre a eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p>XIV. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados;</p> <p>XV. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;</p> <p>XVI. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que forem encaminhadas pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e as providências cabíveis;</p> <p>XVII. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p>XVIII. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e o Sicoob Central BA;</p> <p>XIX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;</p> <p>XX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs);</p> <p>XXI. INCLUSÃO</p> <p>XXII. deliberar sobre a alteração de endereço da Cooperativa, vedada a alteração do município sede, de competência exclusiva da Assembleia Geral.</p>	<p>como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p>XVIII. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e e o Sicoob Central BA;</p> <p>XIX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva;</p> <p>XX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs);</p> <p>XXI. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, exceto a sua sede, quando delegado pela Assembleia Geral.</p> <p>XXII. EXCLUSÃO</p>
<p>Art. 42. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:</p>	<p>Art. 41. Compete ao presidente do Conselho de Administração:</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>I. representar a Cooperativa, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central BA, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de demais entidades onde se faça necessária a representação e defesa dos interesses desta Cooperativa;</p> <p>II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>III. decidir, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;</p> <p>IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;</p> <p>VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.</p>	<p>I. representar a Cooperativa, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central BA, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de outras entidades de representação do cooperativismo;</p> <p>II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>III. decidir, ad referendum do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;</p> <p>IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;</p> <p>V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;</p> <p>VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.</p>
<p>§ 1º Na impossibilidade de representação pelo Vice-Presidente, o Presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
§ 2º É atribuição do Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente e exercer as respectivas competências.	SEM ALTERAÇÕES
§ 3º O Presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao Vice-Presidente.	SEM ALTERAÇÕES
SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	SEM ALTERAÇÕES
Art. 43. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas, sendo um Diretor de Relacionamento , um Diretor Administrativo e um Diretor Operacional .	Art. 42. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas, sendo um Diretor de Negócios , um Diretor Administrativo e um Diretor de riscos e Controles .
§ 1º É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.	Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.
§ 2º Havendo número de diretores inferior a 3 (três), as competências descritas nos incisos II, III e IV, do art. 46 serão cumuladas pelo Diretor de Relacionamento e Diretor Administrativo, observando-se, ainda, o seguinte:	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>I. os diretores nomeados poderão, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências a gerentes integrantes do quadro funcional da cooperativa.</p> <p>II. aos diretores que cumlarem as competências dos demais diretores, não assistirá o direito a percepção de mais de um honorário.</p>	
<p>Art. 44. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.</p>	<p>Art. 43. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.</p>
<p>Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 45. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor de Relacionamento será substituído, nesta ordem, pelo Diretor Administrativo ou Operacional, que continuará</p>	<p>Art. 44. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor de Negócios será substituído, nesta ordem, pelo Diretor Administrativo ou Diretor de Riscos e Controles, o qual</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.</p> <p>II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da ocorrência.</p>	<p>continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos;</p> <p>II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da ocorrência.</p>
<p>§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p>	<p>§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor, nos termos deste Estatuto Social. O diretor substituto continuará respondendo pela sua área, havendo, nesse caso, acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p>
<p>§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.</p>	<p>§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.</p>
<p>§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 40 deste Estatuto Social.</p>	<p>§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 39 deste Estatuto Social.</p>
<p>SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Art. 46. São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:</p> <p>I. Diretoria Executiva:</p> <p>a) representar a Cooperativa, por qualquer de seus membros, passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 42, I, deste Estatuto Social;</p> <p>b) INCLUSÃO</p> <p>c) INCLUSÃO</p> <p>d) dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;</p>	<p>Art. 45. São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:</p> <p>I. Diretoria Executiva:</p> <p>a) representar a Cooperativa, por qualquer de seus membros, passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 41, I, deste Estatuto Social;</p> <p>b) abrir, movimentar, encerrar contas bancárias e realizar pagamentos da Cooperativa, em conjunto com outro Diretor Executivo;</p> <p>c) representar legalmente a cooperativa e garantir que as normas de controle e legislação das áreas estejam sendo seguidas, tais como certificação de qualidade, padronização e outras relacionadas, assim como as demais entregas legais, garantindo as melhores práticas de mercado, compliance e legislação vigente;</p> <p>d) dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>e) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;</p> <p>f) INCLUSÃO</p> <p>g) elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>h) deliberar sobre a contratação e desligamento de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, respeitado o estabelecido no Plano de Cargos e Salários aprovado pelo Conselho de Administração, bem como contratar prestadores de serviços;</p> <p>i) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da Cooperativa;</p>	<p>e) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;</p> <p>f) supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;</p> <p>g) elaborar orçamentos para a deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>h) deliberar sobre a contratação e desligamento de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, respeitado o estabelecido no Plano de Cargos e Salários aprovado pelo Conselho de Administração, bem como contratar prestadores de serviços;</p> <p>i) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários, e à estrutura organizacional da Cooperativa;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>j) aprovar e divulgar, por meio de Circular, normativos operacionais internos da Cooperativa;</p> <p>k) adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central BA e das áreas de Auditoria e Controles Internos;</p> <p>l) INCLUSÃO</p> <p>m) REMANEJADA DO DIRETOR DE NEGÓCIOS</p> <p>n) INCLUSÃO</p> <p>o) INCLUSÃO</p> <p>p) INCLUSÃO</p>	<p>j) aprovar e divulgar, por meio de Circular, normativos operacionais internos da Cooperativa;</p> <p>k) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para o saneamento dos apontamentos do Sicoob Central BA, e das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos;</p> <p>l) deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, quando delegado pelo Conselho de Administração;</p> <p>m) outorgar mandatos a empregado da Cooperativa ou a advogado, estabelecendo poderes específicos, extensão e validade do mandato, quando for o caso;</p> <p>n) garantir a constante adequação do modelo de governança, através da gestão do desenvolvimento e revisão dele, bem como sua implementação e operação;</p> <p>o) providenciar reuniões periódicas, com assuntos de diversas áreas, se fazendo representar no Conselho de Administração;</p> <p>p) fornecer suporte ao Presidente do Conselho de Administração na condução dos trabalhos das Assembleias Gerais;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>q) INCLUSÃO</p> <p>r) INCLUSÃO</p> <p>s) INCLUSÃO</p> <p>t) INCLUSÃO</p> <p>u) INCLUSÃO</p> <p>v) estabelecer o horário de funcionamento da cooperativa.</p> <p>II. Diretor de Relacionamento:</p>	<p>q) participar de assembleias e reuniões na cooperativa e na Central e seguir os procedimentos de análise, avaliação, julgamento, votos, decisão e outros relacionados;</p> <p>r) garantir transparência e conformidade em todos os assuntos da Diretoria, envolvendo todos que tem ou que possam ter contato com a cooperativa, ou seja: associados, parceiros, fornecedores e colaboradores;</p> <p>s) assegurar o atendimento a realização de auditorias internas e independentes, demandas de órgãos fiscalizadores, bem como das políticas de controles internos, governança e demais ações corporativas institucionais e do Instituto Sicoob;</p> <p>t) garantir a representação da Cooperativa com partes interessadas;</p> <p>u) acompanhar sistematicamente o cenário nacional;</p> <p>v) estabelecer o horário de funcionamento da cooperativa.</p> <p>II. Diretor de Negócios:</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>a) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da cooperativa;</p> <p>b) assessorar o Diretor Administrativo e o Diretor Operacional em assuntos de suas áreas;</p> <p>c) substituir o Diretor Administrativo e o Diretor Operacional;</p> <p>d) coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>e) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico financeiro da Cooperativa;</p> <p>f) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;</p> <p>g) outorgar mandatos a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;</p>	<p>a) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p> <p>b) assessorar o Diretor Administrativo e o Diretor de Riscos e Controles em assuntos de suas áreas;</p> <p>c) substituir o Diretor Administrativo e o Diretor de Riscos e Controles;</p> <p>d) coordenar, com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando a eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>e) REMANEJADA PARA A DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>f) REMANEJADA PARA A DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>g) REMANEJADA PARA A DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>h) REMANEJADA PARA A DIRETORIA EXECUTIVA</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>h) auxiliar o Presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral.</p> <p>i) INCLUSÃO</p> <p>j) INCLUSÃO</p> <p>k) INCLUSÃO</p> <p>l) INCLUSÃO</p> <p>m) INCLUSÃO</p>	<p>i) desenvolver o plano estratégico das áreas de sua responsabilidade, em conjunto com os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Administração e ou Presidente e diretrizes do Sicoob, em relação aos negócios, produtos e serviços aos associados;</p> <p>j) coordenar reuniões com empresas privadas, governamentais, agricultores, cooperativas e outros de interesse, objetivando promover o desenvolvimento de portfólio de produtos e serviços, negócios e o desenvolvimento da Cooperativa;</p> <p>k) garantir a eficiência e continuidade de processos críticos de sua atuação, mediante acompanhamento de seus resultados;</p> <p>l) apoiar as equipes pertencentes à sua Diretoria no direcionamento comercial, gestão de negócios/vendas consultivas voltados ao associado e nas ações de marketing e sustentabilidade;</p> <p>m) assegurar a integridade e a qualidade da imagem da Cooperativa perante órgãos públicos, governamentais, associados, empregados e parceiros, fortalecendo a marca do Sicoob e garantindo seu posicionamento e representatividade;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>n) INCLUSÃO</p> <p>o) INCLUSÃO</p> <p>p) INCLUSÃO</p> <p>q) INCLUSÃO</p> <p>III. Diretor Administrativo:</p> <p>a) assessorar o Diretor de Relacionamento e o Diretor Operacional em assuntos de sua área;</p> <p>b) substituir o Diretor de Relacionamento e o Diretor Operacional;</p> <p>c) dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e</p>	<p>n) apoiar o Conselho de Administração quanto às informações de desenvolvimento dos negócios e indicadores de performance da área comercial e demais áreas de responsabilidade;</p> <p>o) assessorar o Presidente em todos os processos e alinhamentos internos;</p> <p>p) promover o cumprimento dos objetivos de cada Gerência, conforme áreas de responsabilidade;</p> <p>q) resolver os casos omissos no Estatuto Social, em conjunto com o Presidente, substituir outro Diretor Executivo nas eventuais ausências ou impedimentos conforme previsão estatutária.</p> <p>III. Diretor Administrativo:</p> <p>a) assessorar o Diretor de Negócios e o Diretor de Riscos e Controles em assuntos de sua área;</p> <p>b) substituir o Diretor de Negócios e o Diretor de Riscos e Controles;</p> <p>c) dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da cooperativa (operações ativas,</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>materiais e às atividades fins da cooperativa (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito etc.);</p> <p>d) executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;</p> <p>e) orientar e acompanhar a execução da contabilidade da cooperativa, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;</p> <p>f) zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;</p> <p>g) coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes;</p> <p>h) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p> <p>i) executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco etc.);</p> <p>j) gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento de</p>	<p>passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito etc.);</p> <p>d) executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;</p> <p>e) orientar e acompanhar a execução da contabilidade da cooperativa, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira e patrimonial;</p> <p>f) zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;</p> <p>g) coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva medidas que julgar convenientes;</p> <p>h) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;</p> <p>i) executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, de risco etc.);</p> <p>j) REMANEJADA PARA O DIRETOR DE RISCOS E CONTROLES</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;</p> <p>k) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;</p> <p>l) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p> <p>m) INCLUSÃO</p> <p>n) INCLUSÃO</p> <p>o) INCLUSÃO</p> <p>p) INCLUSÃO</p> <p>q) INCLUSÃO</p>	<p>k) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;</p> <p>l) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p> <p>m) desenvolver o plano estratégico das áreas de sua responsabilidade, em conjunto com os objetivos estabelecidos pela direção e com base nas diretrizes do Sicoob, em relação à gestão Administrativa;</p> <p>n) dirigir as atividades da área administrativa e demais áreas subordinadas atuando como articulador na disseminação das premissas do planejamento estratégico da cooperativa;</p> <p>o) promover o cumprimento dos objetivos de cada Gerência, conforme áreas de responsabilidade;</p> <p>p) coordenar reuniões com empresas privadas, governamentais, cooperativas, fornecedores e outros de interesse;</p> <p>q) coordenar as atividades designadas ligadas a respectiva Diretoria, interagindo com os demais diretores e gestores, clientes, promovendo negociações</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
r) INCLUSÃO	e satisfazendo as demandas, informando entregas e nível de qualidade acordados entre as partes, de acordo com as políticas preestabelecidas;
s) INCLUSÃO	r) apoiar as equipes e gerências em demandas conforme a estrutura da instituição e áreas de atuação;
t) INCLUSÃO	s) garantir a disponibilidade de sistemas e infraestrutura de suporte para as áreas de responsabilidade e estruturação das atividades, operações e negócios da cooperativa;
u) INCLUSÃO	t) garantir a competitividade e apoio na administração de Gestão de Pessoas, mediante atualização, manutenção e implantação de políticas e programas corporativos oferecidos e demandados conforme as necessidades da Diretoria;
v) INCLUSÃO	u) assegurar a integridade e a qualidade da imagem da Cooperativa perante órgãos públicos, governamentais, associados, empregados e parceiros, fortalecendo a marca do Sicoob e garantindo seu posicionamento e representatividade;
	v) resolver os casos omissos no Estatuto Social, em conjunto com o Presidente, substituir outro Diretor Executivo nas eventuais ausências ou impedimentos conforme previsão estatutária;



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>IV. Diretor Operacional:</p> <ul style="list-style-type: none">a) assessorar o Diretor de Relacionamento e o Diretor Administrativo em assuntos de suas respectivas áreas;b) substituir o Diretor de Relacionamento e o Diretor Administrativo;c) executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;d) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;e) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;f) elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;g) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;	<p>IV. Diretor de Riscos e Controles:</p> <ul style="list-style-type: none">a) assessorar o Diretor de Negócios e o Diretor Administrativo em assuntos de suas respectivas áreas;b) substituir o Diretor de Negócios e o Diretor Administrativo;c) executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;d) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;e) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;f) elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;g) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>h) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p>	<p>h) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;</p>
<p>i) REMANEJADA DO DIRETOR ADMINISTRATIVO</p>	<p>i) gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;</p>
<p>j) INCLUSÃO</p>	<p>j) desenvolver o plano estratégico da área de sua responsabilidade, em conjunto com os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Administração e ou Presidente e diretrizes do Sicoob, em relação as demandas de Riscos e Controles Internos;</p>
<p>k) INCLUSÃO</p>	<p>k) promover o cumprimento dos objetivos de cada Gerência de sua responsabilidade, conforme a estrutura da cooperativa;</p>
<p>l) INCLUSÃO</p>	<p>l) garantir a eficiência e continuidade de processos críticos de sua área de atuação, levando-se em conta aspectos regulatórios, legais e normativos provenientes do Sicoob;</p>
<p>m) INCLUSÃO</p>	<p>m) assegurar a integridade e a qualidade da imagem da Cooperativa perante órgãos públicos, governamentais, associados, empregados e parceiros, fortalecendo a marca do Sicoob e garantindo seu posicionamento e representatividade;</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
n) INCLUSÃO	n) providenciar a demonstração dos resultados das informações recebidas referentes à situação econômico-financeira apuradas pelas ferramentas e metodologias aplicadas pela área e de eventuais falhas de conformidade, dentre outras, inerentes as operações e atividades;
o) INCLUSÃO	o) assegurar a disseminação e funcionalidade de controles e riscos, bem como contribuir com o desenvolvimento de normas e sistemas, mantendo-se atualizado sobre suas mudanças;
p) INCLUSÃO	p) assegurar que as disposições de controles internos estejam acessíveis a todos os empregados da cooperativa, de forma que sejam conhecidas com as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização;
q) INCLUSÃO	q) providenciar atendimento às solicitações da direção, Presidência e ou Conselho de Administração, bem como de outras áreas do Sicoob;
r) INCLUSÃO	r) resolver os casos omissos no Estatuto Social, em conjunto com o Presidente, substituir outro Diretor Executivo nas eventuais ausências ou impedimentos conforme previsão estatutária.



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Parágrafo único. As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.</p>	<p>§ 1º As atribuições designadas a cada diretor executivo, por meio do regimento interno, observarão as normas vigentes de segregação obrigatória de funções por área de atuação, nos termos dos normativos regulamentares vigentes, inclusive sistêmicos.</p>
INCLUSÃO	<p>§ 2º A outorga de mandato a empregado ou a prestador de serviço da cooperativa deverá ser realizada, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, ressalvada a outorga de mandato a advogado(a), que poderá ser realizada por apenas 1 (um) Diretor.</p>
SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO	SEM ALTERAÇÕES
<p>Art. 47. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:</p> <p>I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judícia</i>;</p> <p>II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;</p> <p>III. deverá constar que o empregado da Cooperativa sempre assine em conjunto com um diretor.</p>	<p>Art. 46. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:</p> <p>I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judícia</i>;</p> <p>II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;</p> <p>III. deverá constar que o empregado da Cooperativa sempre assine em conjunto com um diretor.</p>
<p>Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado ou diretor executivo do Sicoob Central BA.</p>	<p>Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado, diretor executivo ou prestador de serviço do Sicoob Central BA ou de outras entidades do Sicoob</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
	que desempenham atividades para a Cooperativa; nesse caso, sem que haja a necessidade de os outorgados assinarem com um diretor executivo da Cooperativa.
<p>Art. 48. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese prevista no art. 42, I.</p>	<p>Art. 47. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos.</p>
<p>§ 1º Quando houver outorga de mandato pela Diretoria Executiva a empregados, os documentos mencionados no caput poderão ser assinados por 1 (um) diretor e um empregado com poderes.</p>	<p>EXCLUSÃO</p>
<p>§ 2º Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p>	<p>Parágrafo único. Em caso de vacância ou ausência que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto ou retorno do ausente, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.</p>
<p>Art. 49. O mandato outorgado pelos diretores a terceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato ad judícia; II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados; 	<p>EXCLUSÃO</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
III. não poderá delegar poderes para firmar documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa, salvo o mandato <i>ad judicium</i>.	
<p style="text-align: center;">SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL</p>	EXCLUSÃO
Art. 50. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regulamento próprio.	EXCLUSÃO
§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.	EXCLUSÃO
§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	EXCLUSÃO
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL</p>	EXCLUSÃO
Art. 51. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
hipóteses elencadas no inciso III do art. 40, deste Estatuto Social.	
§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.	EXCLUSÃO
§ 2º No caso de vacância, será efetivado o membro suplente.	EXCLUSÃO
§ 3º Ocorrendo 2 (duas) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o Presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.	EXCLUSÃO
SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL	EXCLUSÃO
Art. 52. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas: I. as reuniões se realizarão com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros efetivos ou suplente previamente convocado para substituir os efetivos, nas suas ausências ou impedimentos;	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>II. inexistindo possibilidade de convocação tempestiva do suplente, será excepcionalmente permitida a realização de reunião com a presença de 2 (dois) membros efetivos, devendo a justificativa da impossibilidade constar da ata da respectiva reunião;</p> <p>III. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;</p> <p>IV. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.</p>	
<p>§ 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si um Coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um Secretário para lavrar as atas.</p>	EXCLUSÃO
<p>§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.</p>	EXCLUSÃO
<p>§ 3º Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.</p>	EXCLUSÃO
<p>§ 4º O membro suplente, quando convocado para substituir membros efetivos, participará das reuniões, com direito a voz e voto, bem como a receber cédula de presença e ter as despesas ressarcidas.</p>	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
§ 5º Independentemente de convocação, o membro suplente poderá participar das reuniões, sem direito a voto, cédula de presença e ressarcimento de despesas.	EXCLUSÃO
SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL	EXCLUSÃO
Art. 53. Compete ao Conselho Fiscal: I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa; III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa; IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterá, se for o caso, os votos dissidentes; V. convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso,	EXCLUSÃO



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;</p> <p>VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;</p> <p>VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;</p> <p>VIII. aprovar o próprio regimento interno.</p>	
<p>Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, dos Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.</p>	<p>EXCLUSÃO</p>
<p>TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO</p>	<p>SEM ALTERAÇÕES</p>
<p>Art. 54. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:</p>	<p>Art. 48. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:</p>



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;</p> <p>II. pela alteração de sua forma jurídica;</p> <p>III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;</p> <p>IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;</p> <p>V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.</p>	<p>I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;</p> <p>II. pela alteração de sua forma jurídica;</p> <p>III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;</p> <p>IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;</p> <p>V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.</p>
Art. 55. A liquidação da Cooperativa obedece às normas legais e regulamentares próprias.	Art. 49. A liquidação da Cooperativa obedece às normas legais e regulamentares próprias.
TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	EXCLUSÃO
Art. 56. A nova composição do Conselho Fiscal prevista no artigo 50 aplicar-se-á aos eleitos a partir da Assembleia Geral de 2025, ficando resguardados os mandatos em vigor na data de aprovação deste Estatuto Social.	EXCLUSÃO
TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Redação Vigente	Redação Proposta
<p>Art. 57. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.</p>	<p>Art. 50. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.</p>
<p>Art. 58. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p>	<p>Art. 51. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p>
<p>Art. 59. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>	<p>Art. 52. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.</p>
<p>Art. 60. O presente Estatuto Social possui redação consolidada na forma das alterações efetuadas pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2023.</p>	<p>Art. 53. O presente Estatuto Social possui redação consolidada na forma das alterações efetuadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.</p>